

PROCESSO Nº: 17 / 2022

Processo: 17 / 2022

Data de entrada: 23 de Março de 2022

Autor: Chefe do Executivo

Ementa: VETO INTEGRAL ao Projeto de Lei n.º 805/2021, de autoria da Vereadora Camila Araújo, em que "Reconhece como patrimônio cultural de natureza imaterial do município de Natal/RN o evento denominado "ACAMPAMENTO IMPACTO RADICAL", e dá outras providências", conforme mensagem n.º 019/2022.

Despacho Inicial:

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO , JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL



_____**NORMA JURIDICA**_____

52



9

10

AO SETOR LEGISLATIVO
Em, 23/03/2022
Flávio Fonseca de Assis
Chefe de Gabinete da Prefeitura



PREFEITURA DO NATAL

CAMI - PROCESSO
Nº 17/2022
FOUR 02

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

Palácio Padre Miguelinho
Gabinete da Presidência

Recebido em, 23/03/2022

Hora: 15:33

Jana Lúcia da Silva

MENSAGEM Nº. 019/2022

A Sua Excelência o Senhor
PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE
Presidente da Câmara Municipal de Natal

Em 21 de março de 2022.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1.º do art. 43 da Lei Orgânica do Município de Natal, decidi vetar integralmente o **Projeto de Lei n.º 805/2021**, de autoria da Vereadora Camila Araújo, aprovado na sessão plenária realizada no dia **10 de março do corrente ano** e recebido pelo Gabinete Civil desta Municipalidade na data de **18 de março de 2022**, em que **"Reconhece como patrimônio cultural de natureza imaterial do município de Natal/RN o evento denominado "ACAMPAMENTO IMPACTO RADICAL", e dá outras providências."** por não está dentro do que prevê a Lei nº 6459, de 06 de maio de 2014, dada forma das **RAZÕES DE VETO INTEGRAL**, adiante explicitadas.

RAZÕES DE VETO INTEGRAL

Da análise de seu teor, verifica-se que o presente Projeto de Lei busca reconhecer como Patrimônio Cultural de natureza Imaterial do Município de Natal/RN, o evento denominado **ACAMPAMENTO IMPACTO RADICAL**, onde o presente Projeto de Lei não apresentou estudo de impactos, não relacionou o objeto da proposta, aos critérios consistentes que deveriam confirmar a relevância histórica para a população do Município, ampliando a percepção para o conceito de patrimônio cultural imaterial e às determinações previstas na Lei nº 6459, de 06 de maio de 2014, que institui o Registro de bens culturais de

UNITED STATES
DEPARTMENT OF JUSTICE
FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION



PREFEITURA DO NATAL

CM - PROCESSO Nº 47/2022
FOLHA 03 *Proposta*

natureza imaterial que constituem Patrimônio Cultural Natalense, cria o Programa Municipal do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

Para elaboração do estudo de impacto, deverão ser demonstradas, de forma clara, objetiva e específica, as premissas e metodologia de cálculo, que deverão acompanhar a estimativa do impacto, com objetivo de definir os componentes e os valores que irão demonstrar o total da despesa que o Projeto de Lei poderá acarretar. Assim, é importante que seja definido o maior número de premissas, ou seja, hipóteses e condições necessárias e tidas, em termos de projeto, como “verdadeiras” para execução do mesmo, para fins de levantamento, o mais próximo possível da realidade, do impacto orçamentário-financeiro decorrente da criação ou da ampliação da despesa.

Não tem no presente a documentação que corrobora a aprovação do objeto de Registro, conforme Lei nº 6459, de 06 de maio de 2014.

Não há previsão orçamentária prevista diretamente para o Projeto de Lei e também não foi apresentada solicitação de previsão orçamentária, por se tratar de reconhecimento, através de Lei, de projeto religioso, existente há 18 anos. No entanto, chama-se a atenção para o Artigo 3º da lei supracitada e seus parágrafos, ou seja, a presente proposta não condiz com os trâmites previstos em lei do município do Natal para este fim.

Trata-se de tramitação de Lei para reconhecimento de um bem imaterial, contudo, como diz a Lei nº 6459 de 14 de maio de 2014:

“ São partes legítimas para provocar a instauração do processo de Registro: II - A Câmara Municipal de Natal, por intermédio da sua Mesa Diretora ou através de qualquer um dos seus Vereadores;”

U.S. DEPT. OF JUSTICE



PREFEITURA DO NATAL

Porém a mesma Lei diz: “As propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica, serão dirigidas ao Presidente da Fundação Cultural Capitania das Artes - FUNCARTE, que as submeterá ao Conselho Municipal de Cultura”.

Contudo, o Conselho Municipal de Cultura do Município do Natal é quem tem o poder de deliberação sobre um bem patrimonial ser reconhecido, ou não. Entendemos que o Projeto de Lei em questão apresenta um vício formal subjetiva, retirando do Conselho Municipal de Cultura essa deliberação, ocorrendo diminuição dos poderes do município.

Apontamos como sistemática para Inventariação de um bem para posterior Registro e Titulação, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), disponibilizado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que disciplina metodologicamente os processos para inventariação, que constituísse em um levantamento minucioso de bem, inclusive este do qual o Projeto de Lei trata. E ainda observar o rito processual previsto quando trata das “Partes Legítimas”, incisos e parágrafos da Lei 6.459, de 06 de maio de 2014.

Pelas razões expostas, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, por estar afrontando a Lei 6459, de 06 de maio de 2014, do município do Natal, **VETO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei nº 805/2021.

Atenciosamente.


ÁLVARO COSTA DIAS
Prefeito

CONFIDENTIAL



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE NATAL**

TRABALHANDO PELO BEM DA NOSSA CIDADE

CMN - PROCESSO

Nº 17/2022

FOLHA: 05

DESPACHO

Considerando a leitura da presente proposição de n.º 17 / 2022 na data de hoje, encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de _____ dias, por se encontrar no regime de tramitação _____, nos termos do artigo 52, _____, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Natal/RN, 24 de março de 2022



PRESIDENTE

PARECER

Após a devida análise, salvo melhor juízo, entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas comissões de:

- ☒ Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
- ☐ Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização
- ☐ Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente e Habitação
- ☐ Comissão de Saúde, Previdência e de Assistência Social
- ☐ Comissão de Defesa do Consumidor
- ☐ Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida
- ☐ Comissão de Ética Parlamentar
- ☐ Comissão de Indústria, Turismo, Comércio e Empreendedorismo
- ☐ Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Mulheres, Idosos, Trabalho e Igualdade
- ☐ Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Inovação
- ☐ Comissão de Transportes, Legislação Participativa e Assuntos Metropolitanos
- ☐ Comissão de Desporto e Qualidade de Vida

O presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a decisão final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.

Natal/RN, 24 de março de 2022



PROCURADOR
PROCURADORIA LEGISLATIVA

Leonardo Shema Nepomuceno
Procurador Legislativo
Matrícula: 5397472

PAID 1/10/20

Ofício Nº 28/22
Em 11/03/22

Objeto de Lei: 805 / 2021

Data de entrada: 6 de Dezembro de 2021

Autor: Camila Araújo

Protocolo: 6343 / 2021

Resumo: Reconhece como patrimônio cultural de
herança imaterial do município de Natal/RN o evento
nominado "ACAMPAMENTO IMPACTO RADICAL", e dá
as providências.

CM - PROCESSO
Nº 17/2022
PC - 06

Assinatura Inicial:

NORMA JURIDICA



CÂMARA
MUNICIPAL
DE NATAL

CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
GABINETE DA VEREADORA CAMILA ARAÚJO

VEREADORA
Camila
CAMILA ARAÚJO

PROJETO DE LEI N.º 805 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021

CMN - PROJETO DE LEI
Nº 805/2021
FOLHA: 10286

CMN - PROJETO DE LEI

Nº 805/2021

FOLHA: 10286

Reconhece como patrimônio cultural de natureza imaterial do município de Natal/RN o evento denominado "ACAMPAMENTO IMPACTO RADICAL", e dá outras providências.


O PREFEITO MUNICIPAL DO NATAL, Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL aprovou e que sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecido como patrimônio cultural de natureza imaterial para o município de Natal, o evento denominado "ACAMPAMENTO IMPACTO RADICAL".

Art. 2º Para fins do disposto nessa lei, o Poder Executivo do município de Natal procederá com os registros necessários, nos livros próprios e órgãos competentes na forma da Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Felipe Camarão, em Natal, 02 de Dezembro de 2021.


Camila Rouse de Araújo Cabral

Vereadora PSD

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras Vereadoras,
Senhores Vereadores,

CMN - PROJETO DE LEI
Nº 805/2021
FOLHA 03/48

CMN - PROCESSO
17/2022
FOLHA 03/48

O evento denominado Impacto Radical se constitui em um "Acampamento" voltado para pessoas evangélicas e convertidos à fé cristã com mais de 18 anos, e tem a finalidade de levar o cristão a refletir e valorizar mais a sua liberdade dentro da perspectiva de uma "Igreja Livre". Faz isso por meio de uma simulação de cenário, levando-os a um lugar onde durante 03 (três) dias, serão, supostamente, "odiados" e "perseguidos" em razão da fé, na perspectiva de uma "Igreja Perseguida".

Com isso, o projeto trabalha com o incentivo à missões e evangelismo de pessoas em nossa localidade e de povos não alcançados. O Impacto Radical é uma estratégia de Deus que tem transformado vidas e ministérios em todo o Brasil.

Criado na Igreja Batista Central em Belford Roxo - RJ, teve sua primeira edição em Março de 2012. Com a fundação da Agência Impacto Radical, a AGIR, fez com que o projeto rompesse fronteiras, sendo realizado em diversas regiões do Brasil. Quebrantando, restaurando e impactando milhares vidas, e tendo se tornado uma referência, e assim, sendo conhecido e reconhecido internacionalmente.

Mais que um projeto, o Impacto Radical se tornou para muitos uma paixão, que, só quem vive, e passa pelos desafios, pode sentir. Ser Radical (já ter participado do evento) não é apenas uma denominação de quem já participou do projeto. Ser Radical se tornou um modo de vida, um grande orgulho para todos que fazem parte dessa família Radical.

Em nosso município, o Impacto Radical chegou em Natal no mês de maio de 2016 trazido pelo Pastor Fábio, após reuniões com pastores locais. Na primeira edição tivemos poucos mais de 100 participantes, e, durante 03 (três) meses fizemos a implantação. Hoje já são 57 edições, com mais de 4.300 (quatro mil e trezentos) irmãos e irmãs do estado do RN, que já passaram por esse projeto e tiveram suas vidas impactadas. Atualmente o Impacto Radical é Coordenado e Liderado pelos Pastores Alex Alves e Mércia Brito.

Portanto, trata-se de um evento que agrupa um quantitativo de pessoas relevante e com um objetivo nobre, se tratando de um evento reconhecido e aclamado pelos fiéis que professam a fé cristã no Estado do Rio Grande do Norte e no município de Natal, e por isso, é que solicitamos a aprovação deste Projeto de Lei.

Deste modo, justifica-se o reconhecimento do "Acampamento Impacto Radical" como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do município de Natal/RN.




Diante da relevância do tema, do alcance da matéria e por se tratar de propositura que reputo como de considerável relevância social, aguardo o beneplácito de meus nobres pares para a sua aprovação.

Natal, 02 de Dezembro de 2021.

CMN - PROJETO DE LEI
Nº 806/2021
FOLHA: 04/05

CMN - PROJETO DE LEI
Nº 806/2021
FOLHA: 03/05


Camila Rouse de Araújo Cabral
Vereadora - PSD



Câmara Municipal de Natal
A Casa do Poder. A sua voz.

CMN - PROJETO DE LEI
Nº 805/2021
FOLHA: 057

CMN - PROCESSO
Nº 47/2022
FOLHA: 08

DESPACHO

Considerando a leitura da presente proposição de n.º 805/2021 na data de hoje, encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de _____ dias, por se encontrar no regime de tramitação _____, nos termos do artigo 52, _____, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Natal/RN, 07 de dezembro de 2021.

PRESIDENTE

PARECER

Após a devida análise, salvo melhor juízo, entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas comissões de:

- ☒ Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
- ☐ Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização
- ☐ Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente e Habitação
- ☐ Comissão de Saúde, Previdência e de Assistência Social
- ☐ Comissão de Defesa do Consumidor
- ☐ Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida
- ☐ Comissão de Ética Parlamentar
- ☐ Comissão de Indústria, Turismo, Comércio e Empreendedorismo
- ☐ Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Mulheres, Idosos, Trabalho e Igualdade
- ☒ Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Inovação.
- ☐ Comissão de Transporte, Legislação Participativa e Assuntos Metropolitanos
- ☐ Comissão de Desporto e Qualidade de Vida

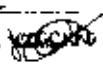
O presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a decisão final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.

Natal/RN, 07 de dezembro de 2021.

PROCURADOR LEGISLATIVO

Leonardo Sherma Nepomuceno

Leonardo Sherma Nepomuceno
Procurador Legislativo
Matrícula: 5397472

CMN - PROCESSO
Nº 17/2022
FOLHA 03.V. 



CMN - PROJETO DE LEI
Nº 805/2021
FOLHA: 06A

Câmara Municipal de Natal

PROJETO DE LEI	805/2021
AUTO(A)	Vereadora Camila Araújo
DESTINO	Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, consultando a base de dados deste Departamento Legislativo, não foi identificada a existência de proposição em tramitação ou já convertida em Lei semelhante a esta nesta Casa Legislativa.

Ressalta-se que esta certidão não exclui a apreciação das Comissões Temáticas para decidir sobre a existência ou não de proposição similar, podendo incorrer no disposto no art. 59, inciso VI e VII, do regimento interno desta Casa Legislativa Municipal.


Natal, 17 de Fevereiro de 2022.


Victor da Costa Reis
Assessor Técnico Legislativo
MAT: 5418720

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

DESIGNO O VEREADOR (A) Ueber

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM, 21/02/22



VERA NINA SOUZA
PRESIDENTE



CMN - PROCESSO
Nº 17/2022
FOLHA 04 V. 1º



CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
Gabinete do Vereador Kleber Fernandes

Projeto de Lei nº 805/2021

Assunto: "Reconhece como patrimônio cultural de natureza imaterial do município de Natal/RN o evento denominado "Acampamento impacto radical" e dá outras providências".

DESPACHO

COMISSÃO TÉCNICA
Recebido em 24/02/22

Encaminhem-se os autos do Projeto de Lei nº 805/2021 à Procuradoria da Câmara Municipal de Natal para emissão de parecer jurídico.

Palácio Padre Miguelino, 23 de fevereiro de 2022.

KLEBER FERNANDES

Vereador

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
12/07/2022
100 - 30



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

CÂMARA MUNICIPAL NATAL
PROCESSO: 805/2021
FOLHA: 09

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA

REF.: PROJETO DE LEI Nº 805/2021

INTERESSADO: VEREADOR CAMILA ARAÚJO

PARECER

COMISSÕES TÉCNICAS
Recebido em: 03/10/2022

**EMENTA: PROJETO DE LEI.
RECONHECIMENTO COMO PATRIMÔNIO
CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DO
MUNICÍPIO DE NATAL/RN O EVENTO
“ACAMPAMENTO IMPACTO RADICAL”.
PARECER FAVORÁVEL.**

Trata-se de Projeto de Lei nº 805/2021, de autoria da Vereadora CAMILA ARAÚJO, que reconhece como patrimônio cultural de natureza imaterial do Município de Natal/RN o evento “ACAMPAMENTO IMPACTO RADICAL” e dá outras providências.

O Projeto de Lei foi para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final que solicitou parecer essa Egrégia Procuradoria Legislativa.

É o sucinto relatório.

Segue o nosso entendimento.

A Constituição Federal expressamente protege o bem cultural “material e imaterial” do país, conforme podemos destacar em seu artigo 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;*
- II - os modos de criar, fazer e viver;*
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;*



Câmara Municipal de Natal

A Casa do povo - A sua casa

CÂMARA MUNICIPAL NATAL
PROCESSO: 805/2023
DATA: 10/07

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

A matéria veiculada neste Projeto de Lei se adequa perfeitamente à divisão da Competência Legislativa expressa no artigo 30, inciso I da Constituição Federal e não conflita com a Competência Privativa da União Federal (artigo 22 da Constituição Federal) e também não conflita com a Competência Concorrente entre a União Federal, Estados e Distrito Federal (artigo 24 da Constituição Federal), além de amplamente amparada no parágrafo 3º. do artigo 216 da Constituição Federal.

Da apreciação da matéria, verificamos que a propositura pretende declarar ACAMPAMENTO IMPACTO RADICAL patrimônio cultural imaterial do Município de Natal.

Entendemos que a iniciativa merece prosperar, uma vez que o ACAMPAMENTO IMPACTO RADICAL existe desde 2016 na nossa cidade, possuindo um papel relevante na propagação da fé cristã e o evangelismo para os natalenses.

Por todo o exposto, OPINAMOS FAVORÁVEL A PROPOSITURA LEGISLATIVA pela Constitucionalidade e legalidade formal e material do presente projeto, opinando, ainda, por sua regular tramitação

COM - PROCESSO

13/2022

PROV. 11. 10/2022



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

CÂMARA MUNICIPAL NATAL

PROCESSO: 805/2021

DATA: 13/03/22

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA

Lembramos que se trata de um parecer opinativo, de caráter não é vinculativo, uma vez que os Vereadores são soberanos nas suas decisões.

É o nosso parecer, salvo melhor Juízo.

Natal, segunda-feira, 7 de março de 2022.

DIÓSETE VERÍSSIMO DA COSTA JÚNIOR

Procurador Legislativo Municipal

Matrícula 1758-2



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROJETO DE LEI

Nº 805/2021

FOLHA: 12/20

APROVADO

Em 10/03/2022

VEREADOR


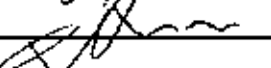

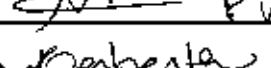
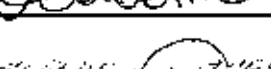
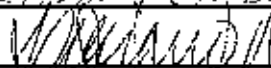

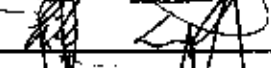
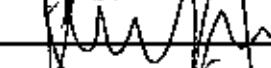
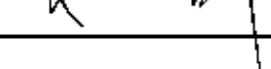
CMN - PROJETO DE

Nº 805/2021

FOLHA: 11/20

REQUERIMENTO

Nós, abaixo-subscritos, **VEREADORES** componentes de este Poder Legislativo, **REQUEREMOS**, nos precisos termos dos Arts. 196 e 197, §§ 1º e 3º, da **RESOLUÇÃO Nº 337/05, URGÊNCIA E DISPENSA DE INTERSTÍCIO, para tramitação das seguintes matérias: PROJETO DE LEI Nº 805/2021, que "Reconhece como patrimônio cultural de natureza imaterial do município de Natal/RN o evento denominado "ACAMPAMENTO IMPACTO RADICAL", e dá outras providências." Para colher assinaturas dos Senhores Vereadores e Vereadoras.**

- | | |
|---|------------------------------|
| 1.  PSL | 16. _____ |
| 2.  PSD | 17. _____ |
| 3.  PTB | 18. _____ |
| 4.  PV | 19. _____ |
| 5.  PL | 20. _____ |
| 6.  | 21. _____ |
| 7.  | 22. _____ |
| 8.  | 23. _____ |
| 9.  | 24. _____ |
| 10.  | 25. _____ |
| 11. _____ | 26. _____ |
| 12. _____ | 27. _____ |
| 13. _____ | 28. _____ |
| 14. _____ | 29. _____ |
| 15. _____ | TOTAL DE ASSINATURAS: (____) |

Sala das Sessões, em Natal, 09 de março de 2022


Vereador Autor

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROJETO DE LEI
Nº 805/2021
FOLHA: 13 de 13

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

☒ PROJETO DE LEI ☐ RESOLUÇÃO ☐ DECRETO LEGISLATIVO
☐ EMENDA À L.O.M. ☐ VETO ☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
☐ PROCESSO ☐ EMENDA

Nº _____

Autor(a) Vereador(a): _____

Chefe do Executivo: () _____

Relator(a) Vereador(a): _____

CMN - PROJETO DE LEI
Nº 805/2021
FOLHA: 13 de 13

VOTO DE DIVERGÊNCIA: _____

RESULTADO DA DIVERGÊNCIA: _____

VOTO DO RELATOR: _____

ANA RAULSO

Sala das Comissões, em _____ de _____ de 2022.

Vereadora Nina Souza
Presidente

☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer

Vereadora Camila Araújo
Vice-Presidente

☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer

Vereador Aldo Clemente
Membro

☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer

Vereadora Ana Paula
Membro

☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereador Kleber Fernandes
Membro

☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer

Vereador Preto Aquino
Membro

☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer

)

)

.....



CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
MESA DIRETORA

CMN - PROJETO DE LEI
Nº 805/2021
FOLHA: 15

CERTIDÃO

CMN - PROCESSO
17/2022
13

CERTIFICO e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

Proposição:

- ☒ Projeto de Lei 805/21
☐ Projeto de Lei Complementar
☐ Projeto de Resolução
☐ Projeto de Decreto Legislativo

- ☐ Projeto de Emenda à Lei Orgânica
☐ Processo
☐ Emenda
☐ Outro: _____

Resultado da Votação:

- ☐ Aprovado em 1ª Discussão
☐ Aprovado em 2ª Discussão
☐ Aprovado em Votação Única
☒ Aprovado em Regime de Urgência –
Dispensa de Interstício

- ☐ Aprovado o Parecer da CCJ
☐ Rejeitado o Parecer da CCJ
☐ Mantido o Veto
☐ Rejeitado o Veto
☐ Retirado ☐ Adiado ☐ Prejudicado

OBS:

Quórum:

- ☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☒ Unânime

Natal, 10 de março de 2022

Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROJETO DE LEI
Nº 805/2022
FOLHA: 01 de 01

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) Avocer para, nos termos do Art.50 - e seguintes artigo 157 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir parecer à presente proposição legislativa.

Natal, RN ____/____/2022.

Ver. Brisa Bracchi
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.

() PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
() EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
() EMENDA

Nº _____

Autor: Vereador(a) _____

Chefe do Executivo ()

Relator: Vereador(a) Anderson Lopes

VOTO DO RELATOR: _____

Sala das Comissões, em ____ de ____ de 2022.

Vereadora Brisa Bracchi
Presidente

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
(X) Abstenção

Vereador Robério Paulino
Vice-Presidente

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Anderson Lopes
Membro

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Pedro Gorki
Membro

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Bispo Francisco
Membro

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção



PL 805/21
27/2022
34 Proposta

PL 805/21

AUTOR: Camila Araújo

DATA: 28/22

Palácio "FELIPE CAMARÃO" em Natal

de de

PREFEITO

LEI Nº _____

Reconhece como patrimônio cultural de natureza imaterial do município de Natal/RN o evento denominado "ACAMPAMENTO IMPACTO RADICAL", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal do Natal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecido como patrimônio cultural de natureza imaterial para o Município de Natal, o evento denominado "Acampamento Impacto Radical".

Art. 2º Para fins do disposto nessa lei, o Poder Executivo do Município de Natal procederá com os registros necessários, nos livros próprios e órgãos competentes na forma da Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em Natal, 10 de março de 2022.

Paulinho Freire

Presidente

Felipe Alves

- Primeiro Secretário

Aroldo Alves

- Segundo Secretário

1

2

3



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

PROCESSO
17/2022
15.10.2022

OFÍCIO Nº 0028/2022-RF

Natal, 11 de março de 2022.

Excelentíssimo Senhor
DOUTOR ÁLVARO DA COSTA DIAS
Prefeito da Capital
Nesta.

RECEBIDO
Recebido em: 18/03/2022.
Por: Justino Farias O. Costa Neto
Cargo: Secretário de Administração
Protocolo: 1418
Data: 03/03/2022

Assunto: *Encaminhando a Redação Final do Projeto de Lei nº 805/2021, de autoria da Vereadora Camila Araújo.*

Senhor Prefeito,

Cumpre-me encaminhar a Vossa Excelência a Redação Final do **Projeto de Lei nº 805/2021**, aprovado em sessão plenária realizada no dia 10 de março deste ano, que "Reconhece como patrimônio cultural de natureza imaterial do município de Natal/RN o evento denominado "ACAMPAMENTO IMPACTO RADICAL", e dá outras providências".

Respeitosamente,

[Assinatura]
VEREADOR PAULINHO FREIRE
PRESIDENTE

circum